

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



A ESTRUTURAÇÃO DE GÊNERO, LÓCUS FEMININO E RELAÇÕES DE PODER: Uma análise a partir de teorias sociológicas

Jaqueline Teodoro Comin,
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD),
jaquelineteodoroc@gmail.com

Julia Cunha Barboza,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPNV),
juliabarboza14766@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como eixo central a estruturação das relações de gênero, como estas se configuram e são representadas socialmente, moldando o masculino e o feminino, gerando desigualdades, hierarquia, divisão dos espaços e do poder. Para compreender como isto ocorre, será abordada a relação entre os agentes e as estruturas sociais que constroem, reproduzem e significam os símbolos sociais da ordem dominante. Discussões fundamentais desta construção perpassa o corpo, a sexualidade, vigilância, o controle, instaurando normas e distribuindo o poder. Neste sentido, compreenderemos o lócus feminino, o qual ocupa posição desigual, é oprimido e violentado. Para a realização da pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica acerca de temas, como: estrutura social, agência, tipificações, sistema simbólico, habitus, ordem social, institucionalização, corpo, poder, disciplina, vigilância e sexualidade. O objetivo é gerar a reflexão sobre a estruturação social do feminino e masculino, excludentes e opostos por divisões categóricas, construídas histórico-social-culturalmente, portanto, produto humano.

Palavras-chave: Gênero; Construção social; Estrutura; Símbolos e poder.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem a pretensão de abordar sobre as relações de gênero, como estas se configuram e são estruturadas socialmente, as quais definem o masculino e o feminino, com seus modos de ser, estar, agir e se comportar, resultando na criação de etiquetas sociais que hierarquizam, distinguem, classificam e põe cada qual em seus lugares e funções sociais.

Para tanto, discutiremos inicialmente a relação entre os agentes e as estruturas sociais que consolidam, reproduzem e perpetuam essas práticas, através das significações que atribuem por meio dos símbolos e institucionalização dessa organização a fim de manter a ordem dominante. Desta maneira, compreenderemos como ocorre a constituição dos indivíduos mediante essas relações e perceberemos o caráter construído destas e não naturais.

Após analisarmos o engendramento dessas relações que constituem o mundo social e as relações, adentraremos em reflexões específicas referentes ao corpo e a sexualidade, a vigilância, o controle, através do qual se classifica, institui-se as normas, produz sentido e estrutura as relações de poder.

Esse ponto de vista nos levará a perceber o lócus ocupado pelo feminino nessas relações, as quais são historicamente construídas de forma desigual e inculcadas na conduta social pelos indivíduos, legitimadas pelas instituições. Perceber a articulação do sistema que mantém essa configuração e disposição dos indivíduos como tal, permite a compreensão das relações em que estamos inseridos diariamente e afetam nossas vidas, nos marcam, rotulam, diferenciam, etc.

Isto posto, o método utilizado para a realização da pesquisa será a revisão bibliográfica acerca dos temas acima mencionados, tais como: estrutura social, agência, tipificações, sistema simbólico, habitus, ordem social, institucionalização, corpo, poder, disciplina, vigilância, sexualidade, etc. Para isto, destacamos a contribuição de autores como: Althusser (1985); Berger e Luckmann (1985); Bourdieu (1994, 1998, 1999); Foucault (1985, 1988, 2000); Giddens (1989; 2008); Kofes (2001); Lauretis (1994); Louro (1994; 2010); e Spivak (2010).

O objetivo aqui buscado consiste em refletir sobre a estruturação social constituintes das práticas humanas, especificando a sexualidade e as relações de poder configuradas em torno dessas divisões categóricas, como o feminino e masculino, construídos histórico-social-culturalmente, determinando os modos de ser e agir, seus aparelhos de manutenção, função social, moldes e roupagens adquiridas no decorrer desses tempos, como são perpetuados, absorvidos e naturalizados. Com intuito de conscientizar esta “ordem” dos sexos imposta, não natural, produto humano construído socialmente e como tal, também pode ser desconstruído.

2 A RELAÇÃO ESTRUTURA – AGENTE NA CONFIGURAÇÃO DOS GÊNEROS

Para compreendermos a problemática aqui apresentada, é necessário entendermos a categoria gênero, a qual constituirá parte relevante neste trabalho. Para Scott (1990, p. 14), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder”, ou seja, gênero refere-se a uma construção social do feminino e do masculino, é uma maneira de configurar os papéis sexuais e o simbolismo sexual. Assim, faz-se necessário problematizar a estrutura diferenciadora dos sexos, suas consequências sociais nos indivíduos, analisando como o gênero perpassa, influencia, taxa, molda, a vida de todos em padrões de representações de feminilidade e masculinidade.

Neste sentido, pensar a estrutura que mantém correlacionada aos agentes que a reproduz, é essencial para visualizar a constituição desse processo, visto que a convivência diária se configura na interação com o outro, a partir desta ocorre tipificações e padrões regulares por meio das relações geradas. As tipificações constituem as realidades sociais, os estereótipos diferenciam e classificam a fim de apreender o outro, como por exemplo, ao vermos um indivíduo o classificamos como homem, jovem, branco, etc.

Por conseguinte, essas categorizações que são associadas por nós socialmente por meio das tipificações, constituem a estrutura social. Para Berger e Luckmann (1985, p. 52), “A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana”.

Essas estruturas configuram as relações sociais, as quais são fornecidas pelo acúmulo social do próprio conhecimento. Dessa forma, os indivíduos desenvolvem suas relações em uma ordem cultural determinada por significados. Analisar essas estruturas demanda a participação do agente neste processo e, com isso, é necessário investigar a articulação das práticas de interioridade e exterioridade entre esses dois atores, estrutura e agente. Sobre essa colocação, Bourdieu (1994, p.13-14) atesta que:

[...] da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais

de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

Logo, a estrutura social, de acordo com Giddens (1989), é formada por um aglomerado de regras e recursos ordenados, independentes do tempo e do espaço, como por exemplo, os valores que absorvemos de nossa família, ou religiosos, etiquetas de comportamento e, mesmo distante de quem nos ensinou, a estrutura continua presente em minhas ações. Além disso, todas as ações que realizamos são tipificadas por regras estruturais, como as maneiras que caracterizam o ser masculino e feminino, a força e virilidade em contraposição a docilidade e fragilidade.

Estes esquemas constituintes das estruturas não são criados pelos indivíduos, “mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores. Em suas atividades, e através destas, os agentes reproduzem as condições que tomam possíveis essas atividades (GIDDENS 1989, p. 3).” Neste sentido, o autor reflete sobre o papel do indivíduo, esclarecendo que a “Agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente” (p.10-11).

Assim sendo, a agência está relacionada com fazer, ou seja, os indivíduos mantêm essas relações a partir de suas ações, mantendo as estruturas (regras e recursos) incorporada nas práticas sociais, orientando a conduta social. Sobre tal perspectiva, Giddens (1989, p. 22) elucida: “Uma das principais proposições da teoria da estruturação é que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (a dualidade de estrutura)”.

Essas regras são constituintes das instituições sociais, responsáveis por manter a configuração das relações de gênero, reproduzindo-as tempo a tempo. Nessa lógica, há “[...] três dimensões estruturais dos sistemas sociais: significação, dominação e legitimação” (GIDDENS, 1989, p. 36). Essa construção é mantida socialmente pelos agentes corporificando

as estruturas por meio da atribuição dos significados, tipificações, reconhecendo e reproduzindo em suas ações, assim, legitimando esta ordem social, a qual é produzida por ele próprio.

Em consequência disso, a visão social foi e ainda é estigmatizada devido a um processo de construção social, o qual ocorre por meio dos símbolos sociais¹ que adotamos. Isso gera consequências na vida dos indivíduos, desde a descoberta de seu sexo biológico quando está sendo gerada, até o cessar de sua vida: ser menino ou menina é um marcador social que permeará a construção de determinado sujeito.

Isto posto, o campo simbólico ordena e confere sentido ao mundo social, classificando a realidade, atuando como instrumento de dominação, o qual relaciona-se com os interesses das classes dominantes. Este mundo simbólico atua de maneira invisível como um dispositivo, conforme atesta Bourdieu (1989, p. 9), onde diz que o campo simbólico atua em diferentes espaços e formas, como nas áreas do “conhecimento e de comunicação, e só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem genealógica do sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”.

Compreendemos com o exposto a cima que o mundo simbólico estrutura, significa, traduz e atribuí sentido ao mundo social, cultural e as relações sociais nele contida, assim, simbolizando, expressando figurando as ações, condutas, modos de ser, agir e estar, os quais são determinados por aqueles, não naturais e sim construídos conforme interesses dominantes a fim de manter a ordem estruturante e o poder nas mãos dos seletes grupos abastados.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1998, p.11)

Este só age quando legitimado nas relações sociais entre os dominantes e dominados, ou seja, é na e pela própria estrutura que é produzido e reproduzido.

Ao resgatar o lugar e os papéis dos seres humanos ao longo da história, identifica-se uma estrutura que legitima o poder e subordina a mulher ao homem, de modo a manter esta ordem por meio das relações sociais.

Estas introjeções vão sendo estruturadas a priori desde a infância de ambos os sexos, na formação de comportamentos, do controle, como falar, vestir-se, agir, comportar. Conforme Ciriza (2006), com a justificação de que as mulheres devem saber o seu lugar desde a meninice, ou seja, a sua função nas relações sociais, ensinam-na a se submeter ao desejo de outrem, como uma forma de dominação com base em determinações. Desta maneira, as mulheres passam por um processo social voltado a doçura, uma educação para que suas mentes suportem a conduta dos homens hostis (WHITACKER, 1990).

Percebemos então como a divisão dos gêneros influencia tanto a vida dos homens, como das mulheres, porque nos construímos segundo uma ordem imposta binária mulher-homem, já direcionadas a nossas correspondentes funções sociais e símbolos, que deverão ser incorporados para expressar nossa feminilidade e/ou masculinidade.

Colocar em pauta este assunto e compreender o sistema que o mantém, é uma questão política, de direitos, que deve partir de um olhar para história, das práticas humanas que nos trouxeram até aqui, em que as mulheres ainda cumprem os papéis determinados e esperados socialmente. Como assevera Louro (1994), “as ‘capacidades’ e as ‘limitações’ de cada sexo são, usualmente, o resultado da posição/do lugar que a sociedade atribui aos diferentes gêneros”. Por isso, é preciso apreender os esquemas que instituem as diferenciações entre feminino e masculino determinante de práticas sociais. Sobre as mulheres a que são referidas neste estudo:

A expressão “mulheres” a que referimos no texto significa uma categoria estendida a todas as mulheres que existem no mundo, reconhecendo todas elas em sua dignidade de direitos humanos e no respeito a sua cidadania independente das suas condições de classes, raça, etnia, cor, geração ou orientação sexual. Para explicar mais consistentemente poderíamos falar de ‘(...)’; um sujeito “engendrado” não só na existência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

Desta maneira, pensar as feminilidades significa compreender o processo de construção histórica, social e cultural que determina os modos de ser e agir, seus aparelhos de manutenção, função social, moldes e roupagens adquiridas no decorrer desses tempos, como são

perpetuados, absorvidos e naturalizados. Assim, poderemos refletir sobre a prática nos dias atuais que atuam nessa manutenção.

A partir desta perspectiva, frente às disposições em que estão colocados os sexos em sociedade, analisaremos a estrutura desta ordem social que estabelece as feminilidades e masculinidades, estas inculcadas através do habitus destinado a cada gênero, reproduzido socialmente.

[...] a identidade das condições de existência tende a produzir sistemas de disposições semelhantes (pelo menos parcialmente), a homogeneidade (relativa) dos habitus que delas resulta está no princípio de uma harmonização objetiva das práticas e das obras, harmonização esta própria a lhes conferir a regularidade e a objetividade que definem sua "racionalidade" específica e que as fazem ser vividas como evidentes ou necessárias, isto é, como imediatamente inteligíveis e previsíveis, por todos os agentes dotados do domínio prático do sistema de esquemas de ação e de interpretação objetivamente implicados na sua efetivação e por esses somente (quer dizer, por todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe, produtos de condições objetivas idênticas que estão destinadas a exercer simultaneamente um efeito de universalização e de particularização) (BOURDIEU, 1994, p. 19-20).

Nesse emaranhado, cada agente reproduz um habitus e continua a manter sua produção, por meio das condutas que são destinadas as respectivas distinções, feminino e masculino. Bourdieu (1994, p. 24) considera que “Os indivíduos ‘vestem’ os habitus como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social”. Portanto, percebemos o habitus como produtor de práticas sociais, fabricando história, como sistema subjetivo das estruturas incorporadas, “esquemas de percepção, de concepção e de ação” (p. 28).

Consequentemente, é arquitetada uma realidade social que dá suporte a perpetuação de práticas desiguais, onde as mulheres desempenham papéis secundários, dominados e sufocados por uma lógica que mantém as relações de poder. Se refletirmos sobre as práticas educacionais na constituição da feminilidade, veremos tarefas voltadas para o espaço doméstico, desde a infância, as brincadeiras de casinha, boneca, cuidados com a beleza, panelas e fogãozinho, utensílios, a cobrança social em relação a mulher cuidar e se desenvolver neste espaço privado, como se tais práticas fossem particulares e inerentes ao sexo feminino.

Ser mulher seria, portanto constituir-se a partir do mundo doméstico e ser parte constitutiva dele. Espaço que não é apenas de tarefas, de esferas

desenhadas pela divisão social e sexual do trabalho. Mas o local definidor da feminilidade. Ser mulher seria ser dona do espaço doméstico. É também ser doméstica. O doméstico seria ele próprio feminino (KOFES, 2001, p. 186).

Compreendemos então a necessidade de revermos tais práticas, nos conscientizarmos e pensarmos em novos modelos sociais para a configuração dos gêneros, pois hoje ainda a mulher sofre uma série de problemas, assim como o homem, mas que este nesta ordem ocupa o papel dominante. Isso quer dizer que refletir a estrutura que constitui a permanência das relações de gênero é fundamental, assim como elas se manifestam entre si dando sentido a ordem das coisas para entender a construção desse processo, o qual não é natural e nem eterno.

3 CORPO, SEXUALIDADE E PODER

Após compreendermos a estruturação social das relações de gênero e o papel dos agentes, sua interação, como influencia, produz e reproduz padrões sociais, é fundamental detalharmos este campo e os conceitos que circundam e obscurecem esta área. Portanto, refletiremos sobre como o corpo esta colocado socialmente na modernidade, como este vem se constituindo e configurando as interações por meio da sexualidade, qual a historicidade e a constituição das relações de poder relacionadas ao corpo. Nessa perspectiva, Foucault (1999, p. 163) atesta:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível.

A noção de corpo foi emergindo na vida social e tomando espaço com o objetivo de controlar as operações deste, exercendo uma coerção em relação a como portar-se, quais funções exercer, o tempo gasto com seu corpo, de que modo usar, ser obediente as regras sociais, um controle dos comportamentos úteis. Este processo está relacionado ao estabelecimento do poder, como posse sobre o outro.

Para a introjeção dessa ordem, a disciplina atuou como mediadora do corpo, racionalizando sua utilidade, exercendo dominação moral e controle político. Diferenciando os indivíduos, separando em lócus, para melhor controlar, vigiar, criando um espaço útil.

A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encarceramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes). [...] Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1999, p. 168-169)

Essas distinções e lugares predispostos para os indivíduos visa individualizar. Assim, Foucault (1999, p. 171) salienta que “os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes”, constituindo um espaço proveitoso, distribuindo os corpos, classificando, individualizando, com intuito de impor e manter uma ordem.

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. [...] Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (FOUCAULT, 1999, p. 173)

O tempo disciplinar vai se instaurando aos poucos, sendo inserido nesta conjuntura, o tempo de formação, o adulto, o de trabalho, as escolas (como: sinos, palmas, olhar do professor) etc. Assim, são controlados pelas relações de poder, as quais comandam e o corpo é introduzido na moral da obediência.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria,

desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1999, p. 203)

A maneira que mantêm a regulamentação dos corpos é por meio da penalidade de tudo o que foge à regra instituída. Por isso, é necessário classificar para estabelecer os desvios, as qualidades, a hierarquização, comparar, diferenciar, excluir, impor um padrão, ou seja, atua como um controle social de uma realidade produzida pela disciplina, a qual reprime, mascara, o caráter verdadeiro dessas relações a fim de manter a ordem estabelecida. Segundo Spivak (2010, p. 11):

Os sistemas econômicos, como o capitalismo, colonialismo, imperialismo, liberalismo, quaisquer que sejam, defendem a unificação de sujeitos e de identidades que esses possam assumir. Os interesses de qualquer sistema de dominação na classificação estática dos sujeitos visam essa simplificação como oportunidade de regulamentação e controle das pessoas. No caso da nossa sociedade, caracteristicamente machista, a reprodução, manutenção e legitimação de certos estereótipos ‘politicamente corretos’ destinados às mulheres, configuram como estratégia de reafirmação do poder dos homens sobre o corpo e desejo feminino.

Consequentemente, articulou-se o poder sobre a vida como princípio da gerador dessa estrutura. Com o capitalismo, ocorreu o aumento de sua utilidade e obediência, juntamente com as instituições reguladoras (família, escola, estado, igreja, etc). Neste contexto, apreendemos a significação social do sexo, o qual faz parte das disciplinas do corpo, bem como regulador populacional.

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que

combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações. (FOUCAULT, 2015, p. 157-158).

Em vista disso, percebemos na sociedade na qual estamos inseridos, os dispositivos de poder em relação à sexualidade, o qual atua desde a infância e constitui o ser humano no mundo social, atribuindo significado, símbolos, poder, delimitando, taxando, moldando. Assimilamos, portanto, que a sexualidade é parte constitutiva dos indivíduos, produz sentidos e identidade.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa é baseada em uma investigação qualitativa, a qual busca aprofundar-se nas relações de gênero, como é estruturada e mantém as relações de poder, controle e a ocupação dos espaços.

Isto posto, a análise baseia-se em uma revisão bibliográfica acerca dos temas dialogados, como: estrutura social, sistema simbólico, ordem social, institucionalização, corpo, poder, vigilância, sexualidade, etc. Para isto, destacamos a contribuição de autores como: Althusser (1985); Berger e Luckmann (1985); Bourdieu (1994, 1998, 1999); Foucault (1985, 1988, 2000); Giddens (1989; 2008); Kofes (2001); Lauretis (1994); Louro (1994; 2010); e Spivak (2010).

A revisão bibliográfica consiste em uma fundamentação teórica que configura as lentes pelas quais o autor visualiza o tema e problema de pesquisa. É por meio deste embasamento que o texto é estruturado conceitualmente e desenvolvido no desenvolver do trabalho. Ainda sobre o método de pesquisa, José Filho diz que (2006, p. 64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Logo, o sujeito e o “objeto”, constituem uma relação complementar, onde todos são relevantes na construção deste conhecimento, o qual revela sua faceta neste processo de ser autoconhecimento, pois é produzido por um indivíduo e produto de suas ações e relações sociais. O “objeto” é a continuação do sujeito que o escolhe, faz parte de sua subjetividade, do que atribuí significado, que se identifica, questiona, incomoda. Ambos são tradutores um do outro, criadores da obra, há conexões da própria história comum entre eles.

Um exemplo dessa intervenção e relação entre sujeito e “objeto” é o movimento feminista e sua influência na transformação do cotidiano das mulheres, mesmo que ainda não vivamos em relações de equidade entre os sexos, as transformações e direitos garantidos até

então foram concretizados pelas mãos de mulheres participando e questionando estes espaços, atuando politicamente.

A partir daí, vemos um processo de reconstrução da história, com uma nova versão que inclui os sujeitos apagados pelo centro dominante, bem como outras categorias subalternas que lutam e constroem esse novo trajeto.

Nesta perspectiva, pretendemos produzir conhecimentos que são partes do cotidiano social, contudo são velados e reproduzidos. Procuramos com este trabalho desvendar a estrutura de poder que mantêm, reproduz e legitima as relações de gênero enquanto a história de dominantes e dominados, percebendo assim, o caráter histórico, cultural e estrutural das engrenagens que mantêm a ordem dominante.

5. AS INSTITUIÇÕES E O LÓCUS FEMININO

Refletir a estrutura que constitui a permanência das relações de gênero é fundamental, assim como elas se manifestam entre si dando sentido a ordem das coisas para entender a construção desse processo, um aparelho essencial na regulamentação desta ordem são as instituições sociais, assim como toda a estrutura social se articula para a perpetuação dessa ideologia. “As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos” (BERGER, LUCKMANN, 1985, p. 79).

Estes aparelhos servem de controle social da conduta dos indivíduos em padrões pré-estabelecidos em uma ordem dominante. Elas constituem o aspecto mais duradouro no espaço e no tempo, são exteriores, generalizáveis, transcendententes, firmes na reprodução do sistema. Por conseguinte, o mundo institucional é a realidade objetiva entre o homem e a realidade produzida por ele são produtos sociais. Nesse sentido, o campo simbólico exercendo sobre as condutas, legitimam as instituições e sua ordem social. Destarte, a sexualidade humana é socialmente controlada através da institucionalização no decorrer do tempo.

Empiricamente, uma das principais instituições é a família. Este é um “lugar” onde desde que nascemos somos construídos com base em valores de hierarquização, submissão, dogmas religiosos, padrões comportamentais, relações de afeto, divisão do trabalho, o papel principal da mulher no lar, etc. Esses valores são reforçados em nossa socialização e sua principal aliada é a instituição escolar que reflete o imaginário social, cercada por espaços

separatórios, estereótipos, preconceitos, entre outras coisas. Nesse contexto, destaca-se as proposições de Althusser (1985), quando sustentou a ideia de que de todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, a escola seria o mais eficiente.

Na atualidade, percebemos que o papel da educação, seja familiar ou escolar, é de transmitir símbolos, códigos e valores fundamentais na construção da formação dos indivíduos. Segundo Louro (2010, p. 7), “Um olhar mais cuidadoso nos mostra que todos os processos educativos sempre estiveram – e estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, jovens, homens e mulheres”.

Analisando o discurso e pensando no poder político e na representatividade, percebemos o déficit presente no cenário brasileiro em relação à mulher ocupando esses espaços. Isso só reforça a cultura machista que se perpetua, mas para fazer uma análise mais profunda da questão, podemos recorrer à história das mulheres na política nacional. Pensando na constituição 1891 que estabeleceu para todos os cidadãos, brasileiros alfabetizados e maiores de 18 anos o direito ao voto, observamos o panorama da mulher como não reconhecida enquanto ator social. Só após muita luta este direito foi adquirido como resultado das reivindicações dos movimentos feministas:

Direito conquistado em 1932, a mulher começou a aparecer no mundo público, como pessoa que deveria ser controlada, atribuindo lugares permitidos e proibidos. Assim, 84 anos se passaram desde então e esse cenário pouco mudou. A população brasileira é composta em sua maioria por mulheres e estas não se veem representadas nos espaços públicos.

Observando os dados atuais, percebemos até hoje o quanto é limitada a presença de mulheres no cenário político, o qual é um “lugar público” reservado subjetivamente aos homens, enquanto às mulheres é reservado o espaço privado. Muitos anos se passaram, mas o estado patriarcal e a ideologia machista ainda oprimem e excluem as mulheres de participarem desse processo.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação as expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento

do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.” (BOURDIEU, 1998, p. 83).

Pensando em um exemplo prático próximo de como as estruturas e os agentes mantêm a ordem estabelecida em torno da hierarquia, desigualdade, em termos mundiais, nenhum país tem cargos políticos ocupados por 50% feminino, a média da maioria é de 20%, enquanto no Brasil cai para 13%.

Segundo dados de 2018 do IPU² (Inter Parliamentary Union), o Brasil ocupa a posição 152º no ranking mundial de 190 países, em relação ao percentual de distribuição por homens e mulheres na Câmara. A frente do Brasil está países como a Índia, China, Israel, Congo, Rússia, Angola, Armênia, Camboja, Colômbia, etc. Os 5 primeiros países com maior igualdade entre os sexos na política institucional são: Ruanda, com 61.3% de mulheres ocupando cargos na câmara, Cuba 53.2%, Bolívia 53.1%, Granada 46.7% e Namíbia 46, 2%

A partir do 13º do ranking países passam a ter percentual abaixo de 40% em relação as mulheres nos cargos políticos, após o 49º os números estão em um percentual inferior a 30%, há 40 países na média de 10% e o Brasil se encontra entre esses. Vemos que algo não está coerente, se vivemos em um país democrático, que garante igualdade e mais da metade da população é constituída de mulheres, estas estão sub-representadas, sendo pouco ouvidas, consideradas, atendidas, sendo negligenciadas e apagadas.

Com esse panorama percebemos o contexto e a situação das mulheres em níveis mundiais como alarmantes, onde é uma realidade majoritária não estarem em igualdade com os homens, e não diremos apenas em nível político, pois a política faz parte de toda nossa vida, desde antes de nascermos, nos atendimentos hospitalares. Após o nascimento, somos registrados em cartório, e toda nossa vida é regulada e transpassada por decisões políticas, isto é, a sociedade e suas relações reguladas por normas políticas. Desta maneira, se as mulheres estão pouco representadas neste cenário, suas vidas privadas estão sendo decididas por outros, grupos seletos, privilegiados e distantes da realidade da maioria delas.

Parece distante este exemplo, mas pensemos então nas mulheres na política de nosso Estado, Mato Grosso do Sul. Hoje, as mulheres do estado ocupam 13% dos cargos no estado, jamais houve uma mulher governadora no estado, nos 32 anos de eleições no estado, tivemos 5 candidatas mulheres ao cargo, nenhuma ocupou este até hoje, apenas como vice de

² Ver em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

governadores, no ano de 2010, com a Simone Tebet, vice do André Pucinski, e em 2014 com Rose Modesto - Vice do Reinaldo Azambuja.

Se visualizarmos os homens neste espaço foram 33 candidatos, 9 eleitos, em toda a história do MS eles estiveram à frente do governo. As mulheres representam neste total cerca de 15,15 % como candidatas e eleitas 0%. Vemos que há uma distância muito grande entre participar e de fato concretizar presença nesse espaço.

O Mato Grosso do Sul elegeu sua primeira representante à Câmara dos Deputados apenas em 1991, a deputada Marilu Guimarães (PMDB). [...] Na bancada estadual, dos 24 cargos, apenas três são ocupados por mulheres. Em 2014, as mulheres representaram 32,5% das candidaturas do estado, considerando os 34 cargos em disputa. Eram 170 mulheres e 353 homens. No entanto, apenas cinco foram eleitas. (BRASÍLIA, 2016 81)

Compreendemos com esses dados, que o espaço público e privado ainda é dividido de forma excludente e hierárquica, onde as mulheres estão em desvantagem, sendo mantidas longe do poder, pois estas são associadas ao espaço doméstico, ao lar, a maternidade, a docilidade, ternura, paciência, obediência, enquanto os homens dominam o espaço público, pois a eles são atribuídas características como “pulso firme”, “voz ativa”, liberdade, autonomia, e principalmente a ideia de que “política é coisa de homem”.

Além disso, pensando este cenário de maneira mais ampla em relação a câmara dos deputados do estado de Mato Grosso do Sul, no decorrer de todos de toda história do estado, tivemos 1.472 candidatos frente a 302 candidatas, isso significa que os homens representam 83% de candidatos na história do estado e as mulheres 17% para exercerem o cargos de deputados/as estaduais. Já quando vamos para os eleitos, que de fato ocuparam e se fizeram presentes neste espaço, eles representam 95% com 207 eleitos, e elas apenas 5 % das 09 eleitas nesses 35 anos, ou seja, os números de candidatas aumentam, mas a representação decai.

Esse percentual acima que representamos na proporção de homens e de mulheres que ocuparam a câmara é feito com base no número que compõe a bancada de deputados/as estaduais em MS, a qual é composta por 24 cadeiras, e estas foram ocupadas, ao longo dos anos por 210 homens, frente a 9 mulheres.

Outro exemplo na esfera municipal, evidencia que o cenário se repete, bem como a desigualdade e a sub-representação feminina, são 1.842 homens candidatos durante os pleitos de 1982 a 2016, para o comando das prefeituras em Mato Grosso do Sul, em relação a 157

candidaturas femininas, as quais correspondem a 7,8 % do total de 92, 2% homens candidatos. Foram eleitas 49 mulheres e 693 homens para os cargos de prefeitas/os.

A prevalência da cultura patriarcal é um dos principais fatores que Rodrigues (2006) apresenta em suas análises como causa que faz com que a eleição de mulheres seja um acontecimento cada vez mais difícil. Segundo a autora, apesar de a cultura patriarcal estar perdendo forças, ainda se faz presente, no inconsciente das pessoas, a associação homem-espço público e mulher-espço-privado. Isso produz certa resistência da população para votar em mulheres, o que reforça a velha consciência de que “política é coisa de homem”. Tal fato ocorre, segundo a autora, porque as posições de destaque no Estado, nos partidos políticos e na sociedade civil organizada ainda são representadas pelos homens. Além disso, a autora apresenta outros elementos relacionados a desigualdades competitivas de gênero, especialmente no que diz respeito ao patrimônio acumulado e aos financiamentos de campanha, uma vez que os partidos e as empresas são, em sua maioria, liderados por homens, o que os torna próximos aos financiamentos de campanha. (MENEGAT, 2009, p. 28)

Devido a estes fatores, são poucas as mulheres que rompem essa barreira, e é de relevância imediata essas que ali se encontram para que cada vez mais haja uma ascensão do número de mulheres e mostrem que é possível, capaz e concreto a presença delas neste espaço.

Há um sufocamento das mulheres, sendo minoria neste contexto, fora todo o aparato institucional e cultural que as mantêm distante do poder. As que ali estão são uma pequena parte caminhando e lutando como iniciantes em um campo liderado por táticas de homens experientes e preparados para estarem ali.

Visualizando o cenário das mulheres que compõe o chão em que pisamos cotidianamente vemos o quanto os números são discrepantes e as desigualdades de gênero persistentes. Compreender as relações de gênero, como estas se estruturam, historicamente e institucionalmente é perceber o porquê as mulheres não ocupam estes lugares, como elas são construídas socialmente enquanto ser feminino.

A partir de poucos dados, coletados na página online do TSE e TRE-MS e apresentados na dissertação de mestrado da autora Comin (2018), podemos nos instigar a pensar nessas relações, também as de classe, as mulheres que galgam poder neste meio se são de famílias abastadas, com uma herança política, se chegam ao poder por tutela de homens familiares ou independentes.

5 CONSIDERAÇÕES

Este artigo tem o intuito de compreender a organização das estruturas sociais, constituintes das práticas humanas, as quais configuram as relações de gênero e consequentemente as de poder, percebendo a relação entre estrutura/agente e os mecanismos que mantêm esta ordem social como tal.

Neste sentido, desconstruir o caráter atribuído como natural desse padrão de masculinidade e feminilidade, como único e inerente ao ser. O caminho percorrido buscou evidenciar a construção deste processo e atuação dos atores e seus aparelhos que reproduzem esta lógica.

Pensar o corpo, a sexualidade e as relações de poder, como essas se interligam e constituem toda uma estrutura econômica, política, subjetiva, existencial, molda, taxa, diferencia, classifica as relações, é compreender o caráter histórico construído socialmente e fundamental de discutirmos esses assuntos enquanto indivíduos inseridos nessa ordem e afetados cotidianamente por ela.

A partir desta percepção será possível contribuir para que os sujeitos questionem e reflitam sobre as atividades exercidas nas relações sociais, pensando nas novas necessidades com o avanço social onde as mulheres ocuparam os espaços públicos, porém, ainda se sobrecarregam no espaço privado, de forma não efetiva a presença em cenários sociais ativos e de poder, estando sujeitas a categoria de segunda classe, não alcançado a equidade.

Discutir a categoria gênero é fazer uma reflexão crítica sobre a situação dos indivíduos em suas relações sociais e como essas determinam nossos lugares sociais e práticas. Pensar as causas e os responsáveis que dão continuidade as desigualdades entre os sexos influenciando as práticas dos mesmos.

Refletir sobre estes processos é conscientizar-se do nosso lugar social e das relações que estamos envolvidos diariamente. Conscientizar-se é o primeiro passo para se libertar, para poder saber qual o inimigo a ser atingido, a lógica que estrutura o poder, consequentemente, as relações de gênero que as mantêm.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Cap. I à III.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. (13-68)

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) 13. ed. – RJ: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, 1994.

BRASÍLIA. **Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder**. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016. (p. 80-85)

AUTOR. **Mulheres e política em Mato Grosso do Sul: a relação entre o social e o constitucional**. Dourados, UFGD, 2018.

FOCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1995. (pág. 117 à 160)

FOCAULT, M. **História da Sexualidade I**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 125-152

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KOFES, S. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas, SP: Ed Unicamp, 2001.

LAURETIS, T. de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. RJ: Rocco, 1994, p.206-242.

LOURO, G. L.; FELIPE, Jane; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, G. L.. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. Projeto História. São Paulo, n. 11, p. 31-46, nov. 1994.

MENEGAT, A. S. **Mulheres na sociedade: um olhar sobre a condição das mulheres e as transformações sociais produzidas por elas**. In. FARIAS, M. F. L. (org.) Relações de gênero : dilemas e perspectivas. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Disponível em: <<http://gilbert92.jusbrasil.com.br/artigos/172166653/mulheres-no-congresso>>
Acessado em: 30 jun. 2018.